





ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL.

CONSELHO SUPLENTE DO PARECER
JURISDICCIONAL DO ADVOCADO

FRANCISCO VALERO DE CASTAÑEDA

07-08

INFORMAZIONE CARTARIA
BASTILLA - ALTE CARTARIA

0000-0000-0000-0000

Abstract

© 2000 Blackwell Science Ltd

1. 1998年12月1日以前

1000000

0-9 A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

1990

1990-2004

Certificado



Curso de Especialização em
DIREITO TRIBUTÁRIO

Tony Morgado Remigio

*concluiu o curso de Especialização em Direito Tributário aprovado pelo MEC
conforme Portaria nº 1.704/2005, com carga de 360 horas/aula.*

IBET

Instituto Brasileiro de Estudos Tributários

Paulo de Barros Carvalho

Paulo de Barros Carvalho
Presidente

Priscila de Souza

Priscila de Souza
Coordenadora

São Paulo, 13 de abril de 2017.

Certificado expedido de acordo com a Resolução CNE nº 01 de 08/06/2007

Histórico Escolar

Certificado n° 20160113

Módulo	90 h/a	Período	Nota
Tributo e Segurança Jurídica		2º semestre de 2014	9
Direito tributário e o conceito do tributo Clarence Von Dertzen de Araújo - Livre-docente USP e Professora PUC/SP Espécies tributárias Renato Lopes Becho - Doutor e professor PUC/SP Fontes do direito tributário Lucas Galvão de Brito - Mestre e doutorando PUC/SP Interpretação, validade, vigência e eficácia das normas tributárias Torquato Castro Junior - Mestre UFPE e doutor PUC/SP Segurança jurídica e processo: recursos, ação rescisória, coisa julgada Marivanni Colares Cavalcante - Mestre UFCE e Juiz de Direito Regra-matriz de incidência - hipótese tributária Talia Pinetta Félix - Mestre e doutoranda PUC/SP Sanções, crimes e presunções tributárias Paulo Cesar Conrado - Mestre e doutor PUC/SP - Juiz Federal em São Paulo			

Módulo	90 h/a	Período	Nota
Incidência e Crédito Tributário		1º semestre de 2015	7
Isenções tributárias e a regra-matriz de incidência tributária Eduardo Horvath - Professor PUC/SP e USP e Procurador do Estado de São Paulo Crédito tributário, lançamento e espécies de lançamento tributário Marina Vieira de Figueiredo - Mestre e doutoranda PUC/SP Ações tributárias: declaratória, anulatória, consignação em pagamento, embargos à execução e exceção de pré-judicialidade Cemila Gomes de Mattos Campos Vergueiro - Mestre PUC/SP Extinção da obrigação tributária, compensação e repetição do indébito Rangel Florin - Mestre PUC/SP Imposto sobre a renda - pessoa física e regime de fonte Julia de Menezes Nogueira - Mestre e doutora PUC/SP ISS Natália De Nardi Dacomo - Mestre e doutora PUC/SP ICMS - mercadorias Lucia Paolillo Guimarães - Mestre PUC/SP			

Módulo	90 h/a	Período	Nota
Exigibilidade do Crédito Tributário		2º semestre de 2015	7
Procedimento administrativo fiscal Eduardo Mercati Ferreira Jardim - Titular Mactanize Suspensão da exigibilidade do crédito tributário, WS e liminares André Mendes Moreira - Mestre UFMG e Doutor USP Decadência e prescrição em matéria tributária Jean Paulo Simini e Silva - Mestre e Doutor PUC/SP Realização da dívida ativa: execução fiscal e medida cautelar fiscal Carla de Lourdes Gonçalves - Mestre e doutora PUC/SP IPJ e IOF Jonathan Barroa Vila - Mestre e doutor PUC/SP ICMS - serviços Osvaldo Santos do Carvalho - Mestre e doutor - PUC/SP Imposto sobre a renda - pessoa jurídica Celia Murphy - Mestre e doutoranda PUC/SP			

Módulo	90 h/a	Período	Nota
Controle da Incidência Tributária		1º semestre de 2016	7
A regra-matriz de incidência, obrigação tributária e sujeição passiva Lucas Galvão de Brito - Mestre e doutorando PUC/SP Controle processual da incidência: declaração de inconstitucionalidade José Carlos Francisco - Mestre e doutor USP Sistema tributário, competência e princípios Clarence Von Dertzen de Araújo - Livre-docente USP e Professora PUC/SP Imunidade e normas gerais do direito tributário Sílvia Regina Zomer - Mestre e doutoranda PUC/SP Tributação internacional Gabriel M. Borges Prata - Mestre PUC/SP IPJT, ITR e IPVA José Eduardo Telleni Toledo - Mestre PUC/SP Contribuições atuais Rodrigo Leal Griz - Mestre e doutorando PUC/SP			

Monografia

Impossibilidade de incidência do IPVA sobre aeronaves e embarcações. Estudo sobre a lei 6.017/96 e sua incompatibilidade com o entendimento sedimentado pelo Supremo Tribunal Federal.

Nota

8



CERTIFICADO

DE CONCLUSÃO DE CURSO

Certificamos que DANIEL PETROLA SABOYA com o CPF de número: 018.714.362-57, concluiu o curso online CURSO COMPLETO PARA ADVOCACIA PÚBLICA de 292 horas/aula, no período de 21/10/2016 a 22/10/2017.

Código de autenticação: DIRSV/NCBHTD0RK14JRRB3577366525135344

Recife, 21 de Dezembro de 2017


RENATA SARAIVA
PRESIDÊNCIA


ADRIANA FREIRE
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



CERS.COM.BR

IV - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO ADMINISTRATIVO - Administração pública; princípios básicos; Regime Jurídico Administrativo; noções; Deveres dos Agentes Públicos; Poderes administrativos; Espécies de poder: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; Uso e abuso do poder; Organização administrativa. Administração Pública Direta e Indireta; desconcentração e Órgãos Públicos: Conceito, Teorias, Características E Classificação. Descentralização; Entidades, Características E Normas Aplicáveis; Entidades Paraestatais; Serviços Públicos: conceito e princípios; Concessão e Permissão de serviços públicos; Consórcios Públicos (Lei 11.107.2005); Parcerias Público Privadas (Lei 11.079.2004) ; Ato administrativo; Conceito, requisitos e atributos; Da comunicação dos atos administrativos ; Anulação, revogação e convalidação; Discricionariedade e vinculação; classificação; Atos Administrativos; Controle Legislativo; Administração Pública: espécies de controle e suas características; Controle Administrativo; Classificação E Controle Jurisdicional Dos Atos Administrativos; Responsabilidade Civil Do Estado; Bens Públicos; Servidores Públicos; Cargo, Características; Licitações E Contratos Administrativos; Pregão; Dispensa E Inexigibilidade; Servidores Públicos; Cargo, Emprego E Função Públicos; Improbidade Administrativa. Lei 8429.92. ; Intervenção Do Estado Na Propriedade Privada; Intervenções Restritivas Na Propriedade Privada; Desapropriação. Espécies E Procedimento.

DIREITO CONSTITUCIONAL: História Constitucional do Brasil. Constituição: conceito e classificação. Constitucionalismo. Espécies; Constitucionalismo Social. Constitucionalismo do Futuro. Constitucionalismo Transnacional. Transconstitucionalismo. Neoconstitucionalismo. Normas constitucionais: classificação. Preâmbulo. Normas constitucionais programáticas e princípios constitucionais. Disposições constitucionais transitórias. Hermenêutica constitucional. Princípios e regras jurídicas. Ponderação. Modelos e críticas. Poder constituinte. Controle de constitucionalidade: direito comparado. Controle de constitucionalidade: sistema brasileiro. Evolução histórica. O papel do Advogado-Geral da União no controle de constitucionalidade. Inconstitucionalidade: normas constitucionais inconstitucionais. Inconstitucionalidade por omissão. Ação direta de inconstitucionalidade: origem, evolução e estado atual. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Declaração de


RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA


ADRIANA FREIRE
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

direitos: histórico; teoria jurídica e teoria política. Direitos Políticos. Processo Eleitoral. Condições de elegibilidade e inelegibilidade. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais: Partidos Políticos. Direitos e garantias individuais e coletivos. Processo eleitoral. Princípio da legalidade. Princípio da isonomia. Regime constitucional da propriedade. Função social da propriedade. Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. Liberdades constitucionais. Jurisdição constitucional no Direito Brasileiro e no direito comparado. Direitos sociais e sua efetivação. O Direito à saúde na ordem constitucional e legal. Direito à saúde como direito humano. Sistema Único de Saúde. Atribuições da União, dos Estados e dos Municípios. Princípios constitucionais do trabalho. Estado federal; conceito e sistemas de repartição de competência; direito comparado. Federação brasileira; características, discriminação de competência na Constituição de 1988. Intervenção Federal nos Estados membros. Lei n.º 12.562/2011. Estado Democrático de Direito: fundamentos constitucionais e doutrinários. Organização dos Poderes: mecanismos de freios e contrapesos. Da União. Estado-membro; poder constituinte estadual; autonomia e limitações. Estado-membro; competência e autonomia. Administração Pública; princípios constitucionais. Servidores públicos; princípios constitucionais. Poder Legislativo: organização; atribuições; processo legislativo. Poder Executivo: presidencialismo e parlamentarismo; ministro de Estado. Presidente da República: poder regulamentar; medidas provisórias. Crimes de responsabilidade do presidente da República e dos ministros de Estado. Poder Judiciário; organização; estatuto constitucional da magistratura. Ativismo judicial. Supremo Tribunal Federal: organização e competência. Superior Tribunal de Justiça: organização e competência. Justiça federal: organização judicial e competência. Ministério Público: princípios constitucionais. Advocacia-Geral da União: representação judicial e extrajudicial da União; consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo; organização e funcionamento. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Representação judicial e consultoria jurídica dos estados e do Distrito Federal. Limitações constitucionais do poder de tributar. Ordem econômica e ordem financeira: princípios gerais. Princípios constitucionais da ordem econômica. Intervenção do Estado no domínio econômico. Meio ambiente. Direitos e interesses das populações indígenas. Interesses difusos e coletivos.

DIREITO CIVIL: LINDB. Da lei. Eficácia espacial e temporal; princípio da irretroatividade da lei. Revogação, derrogação


RENATA SARAYA
PRESIDÊNCIA


ADRIANA FREIRE
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

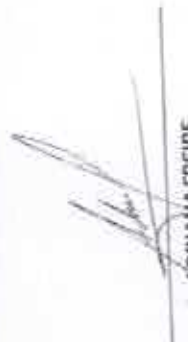
e abrogação. Direito adquirido. Das pessoas. Naturais: personalidade e capacidade; modalidades, modificações e direitos. Da ausência, jurídicas, espécies, personificação, direitos e obrigações. As fundações. Grupos jurídicos não personificados. Despersonalização e responsabilidades. Domicílio e residência. Dos fatos jurídicos. Negócios e atos jurídicos. Definições, espécies, pressupostos de validade, prova, defeitos e invalidades. Modalidades dos negócios jurídicos. Teoria das nulidades. Atos ilícitos. Prescrição e decadência. Obrigações: conceito de obrigações e seus elementos constitutivos, fontes obrigacionais, principais classificações das obrigações, adimplemento obrigacional, transmissibilidade das obrigações. Teoria Geral dos Contratos: Princípios, Vícios Redibitórios, Evicção, Extinção dos Contratos. Contratos em Espécie: Compra e Venda, Empréstimo, Doação e Fiança. Responsabilidade Civil: Requisitos/Pressupostos, Espécies, Excludentes. Reais: Posse e Propriedade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - Normas Fundamentais do Novo CPC; Fazenda Pública em Juízo; Fazenda Pública. Execução em Juízo. Tutela de Urgência e da Evidência contra a Fazenda Pública; Execução contra a Fazenda Pública. Execução fiscal; Atos Processuais. Nulidades de acordo com o Novo CPC. Atos das Partes. Pronunciamentos do Juiz; Intervenção de Terceiros / Litisconsórcio; Procedimento Comum; principais pontos; Procedimento Comum; Mandado de pontos; Coisa Julgada. Reexame necessário. Ordem dos processos nos Tribunais. Ação Rescisória. Mandado de Segurança contra Ato Judicial; Impugnação das Decisões Judiciais; Impugnação das Decisões Judiciais; Cumprimento de Sentença e Processo de Execução; aspectos principais; Mandado de Segurança. Ação de Desapropriação. Juizados Especiais Federais e Juizados Especiais da Fazenda Pública.

DIFUSOS E COLETIVOS - Introdução, jurisdição civil coletiva, ação civil pública, procedimentos coletivos. Objeto da tutela coletiva: os direitos coletivos. Legitimidade ad causam. Custos processuais. Competência. IC e TAC. Provas. Coisa julgada. Recursos. Execução/tutela de urgência.

DIREITO PENAL - Aplicação da Lei Penal no Tempo e no Espaço; Teoria Geral do Crime; Punibilidade: Penas (Espécies e Dosimetria); Medidas de Segurança (Espécies); Extinção da Punibilidade; Crimes contra a Honra; Crimes


RENATA SARAIVA
PRESIDÊNCIA


ADRIANA FREIRE
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

de Falsidade Documental; Crimes Funcionais.

DIREITO PROCESSUAL PENAL E EXECUÇÃO PENAL - Inquérito policial. Ação penal. Ação penal pública. Titularidade, condições de procedibilidade. Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição. Ação penal privada. Titularidade, Queixa. Renúncia. Perdão. Perempção. Jurisdição. Competência: critérios de determinação e modificação. Incompetência. Efeitos. Da prova: conceito, princípios básicos, objeto, meios, ônus, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação. Da prisão e da liberdade provisória. Prisão em flagrante, preventiva e temporária. Medidas cautelares alternativas à prisão. Procedimentos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Dos recursos em geral: princípios básicos e modalidades. Revisão criminal. Habeas corpus. Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/96). Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal. Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito processual penal. Principais aspectos da Lei de execução penal.

DIREITO TRIBUTÁRIO: Conceito de Tributo e Espécies Tributárias; Competência Tributária; Limitações ao Poder de Tributar; Princípios Constitucionais Tributários; Imunidades; Legislação Tributária; Obrigação Tributária Principal e Acessória; Fato Gerador da Obrigação Tributária; Sujeitos Ativo e Passivo, Solidariedade na Sujeição Passiva, Capacidade Tributária; Domicílio Tributário; Responsabilidade Tributária, Responsabilidade dos Sucessores, Responsabilidade de Terceiros, Responsabilidade por Infrações; Crédito Tributário; Constituição do Crédito Tributário, Lançamento. Modalidades de Lançamento, Hipóteses de alteração do lançamento; Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Modalidades; Extinção do Crédito Tributário. Modalidades; Exclusão do Crédito Tributário. Lançamento. Modalidades; Extinção do Crédito Tributário; Administração Tributária; Impostos Federais; Impostos Estaduais; Impostos Municipais; Processo Tributário, Processo Administrativo Fiscal (Decreto nº 7574/2011), Processo Judicial Tributário; Ação declaratória; Ação anulatória; Ação de repetição de indébito; Ação de consignação em pagamento; Mandado de Segurança; Embargos à Execução e Exceção de Pré-Executividade. Responsabilidade Tributária; Crédito Tributário; Suspensão e Exclusão do Crédito Tributário; Decadência e Prescrição Tributárias


RENATA SARAIVA
PRESIDÊNCIA


ADRIANA FREIRE
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

(Extinção do Crédito Tributário); Extinção do Crédito Tributário (Causas restantes) e Cobrança Judicial do Tributo (Noções).

DIREITO FINANCEIRO - Princípios da LRF. Princípio do Equilíbrio Fiscal. Princípio da Prudência Fiscal. Princípio da Transparência Fiscal; Leis Orçamentárias. Natureza Jurídica. PPA. LDO. LOA. Princípios da Lei Orçamentária. Créditos Adicionais: crédito suplementar, crédito especial e crédito extraordinário. Processo de Elaboração Legal. Anomia Orçamentária; Despesa Pública. Procedimento: fase prudencial, empenho, liquidação e pagamento. Gastoso último ano de mandato. Restos a pagar; Receita Pública. Conceito Legal e Doutrinário. Receita Originária. Royalties do Petróleo. Teoria dos Preços Públicos. Diferença entre Preço Público e Taxa; Dívida Pública. Regras Constitucionais; Controle Externo Parlamentar. Tribunal de Contas.

DIREITO DO TRABALHO - Dos princípios e fontes do Direito do Trabalho; Dos direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7º da CF/88); Da relação de trabalho e da relação de emprego; trabalho eventual, trabalho temporário e trabalho avulso; Dos sujeitos do contrato de trabalho; Do grupo econômico; da sucessão de empregadores; da alteração do contrato de trabalho; Da alteração do contrato de trabalho; alteração unilateral; Da rescisão e responsabilidade solidária; Do contrato individual de trabalho; Da alteração do contrato de trabalho; alteração e extinção; Da suspensão e interrupção do contrato de trabalho; caracterização e distinção; Da estabilidade e do contrato de trabalho; das justas causas; da despedida indireta; da culpa recíproca; Do aviso prévio; Da estabilidade e do contrato de trabalho; das formas de estabilidade; da despedida e da reintegração de empregado estável; Das garantias provisórias de emprego; das formas de estabilidade; do intervalo para repouso e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário; do sistema de compensação de horas; Da duração do trabalho; da jornada de trabalho; dos períodos de descanso; do intervalo para repouso e alimentação; do salário-mínimo; irredutibilidade e garantia; Das férias; do direito a férias e da sua duração; da concessão e da época das férias; da remuneração e do abono de férias; Do salário e da remuneração; conceito e distinções; composição do salário; modalidades de salário; formas e meios de pagamento do salário; 13º salário; Da equiparação salarial; do princípio da igualdade de salário; Do FGTS; Da prescrição e decadência; Da segurança e medicina no trabalho; da


RENATA SARAIVA
PRESIDÊNCIA


ADRIANA FREIRE
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

CIPA; das atividades insalubres ou perigosas; Da proteção ao trabalho do menor; Da proteção ao trabalho da mulher; da estabilidade da gestante; da licença-maternidade; Do direito coletivo do trabalho; da liberdade sindical da organização sindical; conceito de categoria; categoria diferenciada; das convenções e acordos coletivos de trabalho; Do direito de greve; dos serviços essenciais; Das comissões de Conciliação Prévia.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO - Princípios; Organização da justiça do trabalho; Competência; Atos, termos e prazos processuais; Custas e emolumentos; Partes e procuradores: do *jus postulandi*; da substituição e representação processuais; da assistência judiciária; dos honorários de advogado; Nulidades; Dissídios individuais: da forma de reclamação e notificação; da reclamação escrita e verbal; da legitimidade para ajuizar; Audiências: de conciliação, de instrução e de julgamento; da notificação das partes; do arquivamento do processo; da revelia e confissão; Contestação e exceções; Provas; Do procedimento sumaríssimo; Recursos no processo do trabalho; Liquidação da sentença: por cálculo, por artigos e por arbitramento; Execução: execução provisória; execução por prestações sucessivas; execução contra a Fazenda Pública; execução contra a massa falida; Da citação; do depósito da condenação e da nomeação de bens; do mandato e penhora; dos bens penhoráveis e impenhoráveis; dos embargos de terceiro; Da praça e leilão; da arrematação; da remição; das custas na execução; Dissídio coletivo; Inquérito para apuração de falta grave; Ação rescisória; Mandado de segurança.

DIREITO EMPRESARIAL - Direito empresarial: origem, evolução histórica, autonomia, fontes e características. Teoria da empresa; Empresário: classificação; caracterização; inscrição; capacidade; requisitos necessários, impedimentos, direitos e deveres em face da legislação vigente; Sociedade empresária: classificação e características. Sociedades não personificadas, sociedade comum e em conta de participação; sociedades personificadas, limitada, anônima, cooperativa e coligadas; Transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades; O estabelecimento; conceito, natureza e sucessão. 6. Nome empresarial: natureza, espécies, características e requisitos legais; Registro de empresas; Contrato de "leasing"; Desconsideração da personalidade jurídica; Títulos de crédito. Disposições gerais;



RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA



ADRIANA FREIRE
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Falência, Recuperação judicial.

DIREITO AMBIENTAL - Meio ambiente: definição e modalidades. Direito Ambiental: definição e abrangência. A constitucionalização do Direito Ambiental. Princípios informadores: prevenção, precaução, desenvolvimento sustentável, poluidor-pagador, usuário-pagador, protetor-recebedor, cooperação entre os povos, equidade, pacto intergeracional, informação, limite, participação comunitária e função socioambiental da propriedade. Política Nacional do Meio Ambiente: objetivos e instrumentos de execução, Sistema Nacional do Meio Ambiente: Composição e competências. Espaços territoriais especialmente protegidos: áreas de preservação permanente, reserva legal e unidades de conservação. Política Nacional de Recursos Hídricos: fundamentos, objetivos, instrumentos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Responsabilidade civil por danos ambientais. Infrações administrativas ambientais. Crimes ambientais. Patrimônio cultural brasileiro: composição e instrumentos de proteção (inventário, vigilância, registro, tombamento e desapropriação).

DIREITO AGRÁRIO - Objetivos. Princípios. Imóvel rural. Aquisição de terras rurais por estrangeiro. Usucapião rural. Contratos agrários. Desapropriação para fins de reforma agrária.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Seguridade Social; Conceituação; Organização, princípios e regras constitucionais; Regime Geral de Previdência Social; Segurados obrigatórios e facultativos; Filiação e inscrição; Carência; Dependentes; Benefícios previdenciários; Acidente do trabalho. Fator previdenciário. Decadência e prescrição. Acumulação de benefícios. Noções gerais de custeio. Salário-de-contribuição. Previdência privada. Fundamento constitucional e noções gerais.

DIREITO CONSUMIDOR - Características do CDC; Elementos da Relação de Consumo; Princípios no CDC; Direitos Básicos; Responsabilidade Civil no CDC e uma comparação com o CC/02; Desconsideração da Personalidade Jurídica; Oferta; Práticas Abusivas; Cobrança de Dívidas; Proteção Contratual; Cláusulas Abusivas; Contrato de Adesão; Análise


RENATA SARAIVA
PRESIDÊNCIA


ADRIANA FREIRE
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

de Julgados e Questões de Provas.

DIREITO ECONÔMICO – Ordem Econômica (Título VII da CRFB); Desestatização. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC; Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE; Estrutura do CADE; Tribunal Administrativo de Defesa Econômica. Superintendência de Mercado; Departamento de Estudos Econômicos; Competências; Processo Administrativo de Atos de Concentração de Mercado. Processo Administrativo de Infração em Face da Ordem Econômica. Medida Cautelar. Termo de Compromisso de Cessação – TCC; Acordo de Leniência. Infrações em Face da Ordem Econômica. Concentração Horizontal. Concentração Vertical; Sanções e Prescrição. Execução Judicial das Decisões do CADE; Sistema Financeiro Nacional. Conselho Monetário Nacional – CMN. Banco Central do Brasil – BACEN. Atuação Ordenatória do BACEN. Depósitos Compulsórios. Atuação Sancionatória do BACEN. Intervenção e Liquidação Extrajudicial. Regime de Administração Especial Temporário – RAET; Direito Econômico Internacional. Direito comunitário MERCOSUL.


RENATA SARAIVA
PRESIDÊNCIA
ADRIANA FREIRE
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA